

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”)

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia elétrica, consistentes na auditoria, análise, diagnóstico, revisão e adequação das contas de energia elétrica das unidades consumidoras do Município, incluindo:

- I** – identificação de inconsistências tarifárias e cobranças indevidas;
- II** – análise de enquadramento tarifário, demanda contratada e consumo;
- III** – proposição de medidas de otimização e redução de custos;
- IV** – apuração de valores pagos indevidamente;
- V** – instauração e acompanhamento de medidas administrativas visando à recuperação ou compensação de créditos.

Quantitativo: todas as unidades consumidoras vinculadas ao Município, inclusive baixa tensão, alta tensão e iluminação pública.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”)

A contratação fundamenta-se nos Estudos Técnicos Preliminares, que demonstram:

- I** – impacto relevante das despesas com energia elétrica no orçamento municipal;
- II** – ausência de corpo técnico especializado;
- III** – potencial de correção de distorções tarifárias;
- IV** – possibilidade de recuperação de valores pagos indevidamente
- V** – necessidade de aprimoramento da governança energética.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6º, XXIII, “c”)

A solução compreende:

- levantamento de dados;
- auditoria técnica das faturas;
- análise tarifária e regulatória;
- identificação de inconsistências;
- elaboração de relatório técnico conclusivo;
- instauração e acompanhamento de medidas administrativas;
- consolidação e acompanhamento dos resultados obtidos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”)

A contratada deverá:

- I** – possuir registro no CREA;
- II** – dispor de responsável técnico engenheiro eletricista;
- III** – comprovar experiência em serviços similares;
- IV** – apresentar metodologia auditável e rastreável;
- V** – acompanhar integralmente os processos administrativos instaurados.

§ 1º Vedadas exigências restritivas indevidas.

§ 2º Admitida subcontratação apenas de atividades acessórias.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”)

A execução ocorrerá em fases:

Fase 1 – Levantamento e auditoria

coleta e organização das faturas;
análise técnica e tarifária;
levantamento das unidades consumidoras.

Fase 2 – Diagnóstico

Identificação de inconsistências;
Análise de enquadramento tarifário;
Memória de cálculo dos valores passíveis de recuperação.

Fase 3 – Relatório técnico

Entrega de relatório contendo:
Diagnóstico individualizado por unidade;
Memória de cálculo;
Valores passíveis de recuperação;
Medidas corretivas propostas.

Fase 4 – Atuação administrativa

protocolização de requerimentos;
acompanhamento perante concessionária e órgãos reguladores;
monitoramento das compensações e restituições.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”)

A execução será acompanhada por fiscal e gestor do contrato.

Caberá ao fiscal do contrato:

- I – verificar a execução dos serviços;
- II – validar relatórios técnicos;
- III – acompanhar os resultados apresentados;
- IV – atestar a efetiva compensação ou restituição.

Caberá ao gestor do contrato:

- I** – conduzir a gestão administrativa da contratação;
- II** – avaliar desempenho;
- III** – deliberar sobre pagamentos;
- IV** – acompanhar os resultados econômicos obtidos.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”)

7.1. Estrutura da remuneração

A remuneração da contratada será vinculada ao desempenho, mediante incidência de percentual sobre os valores efetivamente recuperados ou compensados em favor do Município.

7.2. Fundamentação legal

A modelagem remuneratória observa o disposto no artigo 144, §§1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza do objeto, voltado à racionalização das despesas públicas com energia elétrica e à obtenção de benefício econômico mensurável.

7.3. Base de cálculo

O pagamento corresponderá ao percentual ofertado pela contratada, incidente exclusivamente sobre:

- I** – valores efetivamente restituídos ao Município;
- II** – valores efetivamente compensados em faturas subsequentes.

7.4. Condições para pagamento

O pagamento somente será devido quando houver:

- I** – benefício econômico efetivamente incorporado ao patrimônio municipal;
- II** – comprovação documental da restituição ou compensação;
- III** – validação pelo fiscal do contrato;
- IV** – autorização do gestor do contrato.

7.5. Vedações

Fica vedado:

- I** – pagamento sem resultado efetivo;
- II** – pagamento sobre mera expectativa de crédito;
- III** – pagamento sobre valores não homologados ou não compensados;
- IV** – pagamento desacompanhado de comprovação documental.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO (art. 6º, XXIII, “h”)

Modalidade: Pregão eletrônico.

Critério de julgamento: menor percentual incidente sobre os valores efetivamente recuperados ou compensados em favor do Município.

9. ESTIMATIVA DO VALOR (art. 6º, XXIII, “i”)

Considerando os valores historicamente pagos a título de tributos, encargos e componentes tarifários incidentes sobre as faturas de energia elétrica das unidades consumidoras vinculadas ao Município, estima-se que o montante potencial passível de recuperação ou compensação seja da ordem de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

§ 1º – O valor estimado possui caráter meramente referencial e poderá variar para mais ou para menos, conforme os resultados das análises técnicas e documentais realizadas durante a execução contratual, bem como em razão da efetiva existência de créditos passíveis de restituição ou compensação administrativa.

§ 2º – A proposta de preço será apresentada sob a forma de percentual incidente sobre cada R\$ 1,00 (um real) efetivamente restituído ou compensado em favor do Município, relativamente aos créditos identificados no período dos últimos 120 (cento e vinte) meses, observada a legislação aplicável.

§ 3º – O percentual ofertado corresponderá à remuneração da contratada pelo benefício econômico efetivamente obtido pela Administração Pública.

§ 4º – O percentual máximo admitido para fins de remuneração será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores efetivamente recuperados ou compensados, vedada a apresentação de proposta superior a referido limite.

§ 5º – O limite percentual estabelecido fundamenta-se em pesquisa de mercado realizada pela Administração, considerando a natureza técnica e especializada dos serviços, os riscos inerentes à execução contratual e os parâmetros usualmente praticados em contratações similares.

§ 6º – O pagamento somente será devido sobre valores efetivamente restituídos ou compensados em favor do Município, vedado pagamento sobre mera expectativa de crédito, projeção estimativa ou valores não homologados administrativamente.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”)

As despesas correrão por dotação orçamentária própria, observados os limites fixados pela Administração para a contratação.